



**Banco Original S.A.**

Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2012 e 2011





## **Conteúdo**

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	6
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações do resultado	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12
Relatório do Comitê de Auditoria – Resumo	41



**BANCO ORIGINAL S. A.**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 31 DE DEZEMBRO DE 2012**

**Senhores Acionistas, Clientes e Colaboradores:**

Apresentamos as demonstrações financeiras do Banco Original S.A. (“Banco”), acompanhadas das respectivas notas explicativas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, elaborado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, e normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Em 29 de fevereiro de 2012, o Banco vendeu integralmente para o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Barrisul) e a Matone Participações S.A., a rede de lojas Bem Vindo e todos os sistemas e processos necessários à realização das operações de crédito consignado e demais serviços financeiros prestados por esta. Dessa forma, o Banco deixa de manter seu foco de atuação na originação de empréstimos consignados e se prepara para direcionar seus esforços para as demais carteiras comerciais, de crédito, de financiamentos e de investimentos, de crédito rural e de câmbio.

Além disso, conta com uma mesa de operações com profissionais experientes, tomando posições proprietárias e direcionais em taxas de juros e diferencial de preços, dentro dos limites exigidos pela legislação em vigor.

Contando com sólida estrutura de capital e baixo índice de alavancagem, o Banco encontra-se bem posicionado para identificar as melhores oportunidades de mercado.

**Cenário Econômico**

**Contexto Macroeconômico**

No Brasil, a trajetória de queda da produção industrial se manteve durante todo o primeiro semestre e a quebra na safra de culturas importantes, como a soja, levou à perspectiva de crescimento do PIB deste ano a um nível muito baixo. A taxa de desemprego continuou no seu nível mínimo e os salários seguiram crescendo, mas o crescimento do consumo não foi capaz de reverter os efeitos da redução do investimento e dos estoques. O governo anunciou mais medidas de estímulo, como o incentivo a compra de veículos, mas o crescimento não se recuperou de forma significativa ao longo dos meses. A inflação anual recuou e a política monetária seguiu refletindo o cenário de menor crescimento e inflação em queda, acontecendo, inclusive, a aceleração dos cortes da taxa Selic em determinado momento. As taxas de juros de mercado recuaram com mais força, especialmente no segundo trimestre, enquanto a taxa de câmbio se desvalorizou como reflexo do juro mais baixo no Brasil, controles para a entrada de capital e do pior do ambiente internacional a partir de meados do semestre.



O preço das commodities agrícolas e da carne bovina mostrou trajetórias distintas. O preço da soja passou o semestre em alta, reflexo da menor safra brasileira, enquanto o preço do milho recuou pela grande safra no Brasil e não teve tempo para refletir a alta do preço internacional ao final de junho de 2012. O preço da carne bovina passou o semestre em queda, reflexo do clima mais favorável para a engorda no pasto e de exportações e consumo doméstico mais contidos.

O segundo semestre de 2012 apresentou duas fases para a economia brasileira. Num primeiro momento, as condições financeiras apresentaram melhora após o anúncio pelo Banco Central Europeu do programa de compras de títulos dos países que pedissem apoio, sujeito a condicionalidades. O prêmio de risco de países como a Espanha se reduziu sensivelmente, ao mesmo tempo em que o Euro se recuperou e as bolsas de valores estenderam o movimento de alta.

A Bovespa acompanhou a valorização global e o Real encontrou a estabilidade após um ano de desvalorização mais intensa. Ao mesmo tempo, vários os indicadores brasileiros, como a venda de veículos, apontaram para a recuperação do crescimento. O desemprego se manteve no patamar mínimo registrado ao longo do ano.

A segunda fase sucedeu a divulgação do PIB brasileiro no terceiro trimestre, quando a decepção com o crescimento acentuou a preocupação com problemas mais estruturais do Brasil. A inflação já mostrava sinais de nova alta e a pressão de alta, num ambiente quase sem crescimento, apontou a deterioração do cenário.

O Banco Central estendeu o ciclo de corte de juros até a penúltima reunião do ano, em outubro, quando sinalizou a estratégia de manter a sua taxa básica estável por período prolongado. Houve, antes disso, a redução dos recolhimentos compulsórios, mas a expansão do crédito dos bancos privados não mostrou recuperação e a inadimplência se manteve resiliente.

O Banco Central também passou a intervir quando o real iniciou desvalorização adicional ao longo de novembro, apontando que o objetivo de crescimento precisa combinar a preocupação com nova alta da inflação.

Os preços agrícolas e da pecuária mostraram alta no segundo semestre. Os preços do milho e da soja subiram por conta do choque climático nos Estados Unidos, seguidos pela recuperação moderada do preço da arroba da carne bovina após setembro, quando as exportações passaram a crescer com mais força.

### **Desempenho nos Negócios**

Em 2012, o Banco apresentou lucro no exercício de R\$ 164.296 mil, contra um lucro de R\$ 76.169 mil apresentados no exercício de 2011. O Total de Ativos atingiu R\$ 2.537.287 mil enquanto o Patrimônio Líquido resultante ao final do exercício foi de R\$ 1.834.694 mil (Capital Social - R\$ 1.997.408 mil, Ajustes de Avaliação Patrimonial - R\$ 6.718 mil e Prejuízo Acumulado - R\$ 169.432 mil).

A carteira de crédito ao término do exercício atingiu R\$ 364.992 mil e o saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa atingiu R\$ 31.049 mil, em conformidade com a Resolução CMN 2.682/99.





Os recursos próprios livres, captados e administrados totalizaram ao final do exercício R\$ 3.457.654 (2011 - R\$ 1.140.166), com crescimento de 203% quando comparado ao mesmo período de 2011. Este aumento está condizente com os objetivos do Banco de crescimento para sustentação de suas operações de crédito.

As receitas com operações de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, oriundas de transações da tesouraria, atingiram ao final do exercício R\$ 475.605.

#### **Gerenciamento de Riscos e Controles**

Em cumprimento às disposições legais impostas pelo BACEN relativas ao gerenciamento e controle de riscos, o Banco possui uma estrutura dimensionada de acordo com a natureza e o grau de complexidade dos negócios e/ou atividades da instituição. Assim, o Banco conta com políticas, processos e procedimentos voltados para a administração e gestão de riscos, utilizando-se de instrumentos para medir, monitorar, avaliar e administrar os riscos assumidos na realização de suas atividades.

Estes processos incluem a gestão da exposição aos riscos de: mercado, crédito, liquidez, operacional, legal, *compliance* e regulatório.

O Banco revisa constantemente seus processos de gestão de riscos visando as melhores práticas de mercado e a total aderência ao que disciplina a legislação em vigor pronunciada pelo BACEN.

#### **Ouvidoria**

A estrutura de Ouvidoria do Banco atende plenamente aos requisitos definidos pela legislação vigente, disponibilizando aos seus clientes canal de acesso dedicado com divulgação através de ampla rede de pontos e materiais de comunicação. A Instituição mantém sua Ouvidoria como um instrumento de suma importância no relacionamento com seus clientes e compromete-se em auxiliá-la no cumprimento de sua missão.

Em 2012, foram abertas 71 demandas, todas informadas à Alta Administração do Banco, e constam do relatório de Ouvidoria, exigido pela Resolução BACEN nº 3.849/10.

#### **Relacionamento com os Auditores**

De acordo com a Resolução CMN 3.198/04, informamos que durante o exercício os Auditores Independentes prestaram exclusivamente os serviços de auditoria externa para os quais foram contratados, não realizando quaisquer outros serviços que eventualmente pudessem criar conflito de interesses, perda de independência ou objetividade em relação aos trabalhos de auditoria.

Nesta oportunidade agradecemos aos nossos clientes e parceiros pela confiança depositada e aos nossos funcionários e colaboradores pelo comprometimento na obtenção dos resultados apresentados.

São Paulo, 13 de março de 2013.





**KPMG Auditores Independentes**  
Rua Dr. Renato Paes de Barros, 33  
04530-904 São Paulo, SP - Brasil  
Caixa Postal 2467  
01060-970 São Paulo, SP - Brasil

CentralTel 55 (11) 2183-3000  
Fax 55 (11) 2183-3001  
Internet www.kpmg.com.br

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos  
Acionistas e Administradores do  
Banco Original S.A.  
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Original S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeira do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.





Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Original S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 25 de março de 2013.

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

Silbert Christo Sasdelli Júnior  
Contador CRC 1SP230685/O-0





BANCO ORIGINAL S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS  
Em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Em Milhares de Real)

ATIVO	2012		2011		PASSIVO	2012		2011	
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>2.136.337</b>	<b>2.001.379</b>			<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>543.781</b>	<b>1.127.852</b>		
DISPONIBILIDADES	306	183			DEPÓSITOS (nota 12)	237.279	511.795		
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (nota 4)	1.008.056	38.222			Depósitos à Vista	1.176	1.031		
Aplicações no Mercado Aberto	853.038	-			Depósitos Interfinanceiros	36.459	150.020		
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	155.018	38.222			Depósitos a Prazo	219.444	360.734		
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (nota 5)	824.375	1.458.986			<b>CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO</b>	-	<b>315.108</b>		
Carteira Própria	675.656	118.040			Carteira Própria	-	315.108		
Vinculados a Operações Compromissadas	-	318.815			<b>RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS (nota 13)</b>	<b>12.363</b>	<b>50.091</b>		
Vinculados à Prestação de Garantias	148.519	1.021.846			Recursos de Letras Imobiliárias, Hipot., Cred. e Similares	12.363	50.091		
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-			<b>INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS</b>	-	<b>17</b>		
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	174	29			Instrumentos Financeiros Derivativos	-	17		
Créditos Vinculados - Depósitos no Bacen	83	30			<b>OBRIGAÇÕES POR REPASSES NO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS</b>	<b>9.139</b>	<b>-</b>		
Relações com Correspondentes	91	-			Outras Instituições ( nota 14)	9.139	-		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (nota 6)	178.102	238.128			<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES</b>	<b>255.200</b>	<b>250.951</b>		
Operações de Crédito - Setor Privado	198.446	427.004			Cobrança e arrecadação de tributos e assementados	-	1.417		
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(19.344)	(128.876)			Sociais e Estatutárias (nota 15)	80.793	-		
OUTROS CRÉDITOS	95.808	200.281			Fiscais e Previdenciárias	58.917	127.184		
Créditos por avalis e fianças honorários	-	4.428			Negociação e Intermediação de Valores	699	535		
Negociação e Intermediação de Valores	137	7.049			Diversas (nota 15)	124.791	121.815		
(-) Prov. p/ Outros Créditos de Liquidação Duvidosa (nota 6)	(5)	(4.428)			<b>PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>158.812</b>	<b>444.451</b>		
Diversos (nota 7)	96.674	193.232			DEPÓSITOS (nota 12)	<b>158.812</b>	<b>412.431</b>		
OUTROS VALORES E BENS	27.518	5.569			Depósitos Interfinanceiros	-	36.417		
Outros Valores e Bens (nota 9)	41.128	-			Depósitos a Prazo	158.812	376.014		
(-) Prov. p/ Outros Créditos de Liquidação Duvidosa (nota 9)	(15.488)	-			<b>INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (nota 5)</b>	<b>-</b>	<b>38</b>		
Despesas Antecipadas	1.877	5.569			Instrumentos Financeiros Derivativos	-	38		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	279.817	1.245.766			<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES</b>	<b>-</b>	<b>31.984</b>		
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (nota 5)	-	584.167			Diversas (nota 15)	-	31.984		
Carteira Própria	-	584.167			<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>1.034.594</b>	<b>1.784.371</b>		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (nota 6)	154.841	494.835			Capital Social (nota 17)	1.997.408	1.997.408		
Operações de Crédito - Setor Privado	186.546	532.531			Ajustes de Avaliação Patrimonial (nota 17)	5.718	25.641		
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(11.705)	(37.696)			Prejuízos Acumulados	(149.432)	(236.678)		
OUTROS CRÉDITOS	118.176	148.844							
Diversos (nota 7)	118.176	152.944							
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	-	(3.000)							
OUTROS VALORES E BENS	-	16.820							
Outros Valores e Bens (nota 9)	-	18.834							
Despesas Antecipadas	-	13.473							
(-) Provisões para desvalorizações	-	(15.487)							
PERMANENTE	127.933	109.528							
INVESTIMENTOS	122.358	103.302							
Participações em Controladas - no País (nota 10.3)	121.754	102.598							
Outros Investimentos	604	604							
IMOBILIZADO DE USO (nota 11)	5.455	5.486							
Outras Imobilizações de Uso	12.873	11.484							
(-) Depreciações Acumuladas	(7.418)	(5.988)							
DIFERIDO	120	831							
Gastos de Organização e Expansão	1.227	2.778							
(-) Amortizações Acumuladas	(1.107)	(1.948)							
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>2.537.287</b>	<b>3.356.774</b>			<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>2.537.287</b>	<b>3.356.774</b>		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.





**BANCO ORIGINAL S.A.**

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e**  
**Semestre findo em 31 de dezembro de 2012**  
**(Em Milhares de Reais)**

	<b>2º Semestre</b>	<b>Exercício</b>	<b>Exercício</b>
	<b>2012</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>Receitas da Intermediação Financeira</b>	<b>177.248</b>	<b>690.799</b>	<b>512.727</b>
Operações de Crédito (nota 18)	62.177	215.194	50.427
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	106.684	244.537	211.590
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos (nota 5)	8.387	231.068	250.710
<b>Despesas da Intermediação Financeira</b>	<b>(67.532)</b>	<b>(93.172)</b>	<b>(204.018)</b>
Operações de Captação no Mercado	(28.296)	(74.719)	(117.116)
Operações de Empréstimos e Repasse	(197)	(197)	-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(39.039)	(18.256)	(86.902)
<b>Resultado Bruto da Intermediação Financeira</b>	<b>109.716</b>	<b>597.627</b>	<b>308.709</b>
<b>Outras Receitas / Despesas Operacionais</b>	<b>(154.815)</b>	<b>(359.202)</b>	<b>(176.722)</b>
Receitas de Prestação de Serviços	20	74	208
Rendas de Tarifas Bancárias	-	-	1
Despesas de Pessoal (nota 19)	(6.967)	(12.529)	(12.328)
Outras Despesas Administrativas (nota 20)	(92.642)	(240.633)	(140.065)
Despesas Tributárias (nota 21)	(6.308)	(28.725)	(15.838)
Resultado de Participações em Controladas	1.427	7.117	(4.153)
Outras Receitas Operacionais (nota 22)	11.322	24.070	6.871
Outras Despesas Operacionais (nota 22)	(61.667)	(108.576)	(11.418)
<b>Resultado Operacional</b>	<b>(45.099)</b>	<b>238.425</b>	<b>131.987</b>
<b>Resultado Não Operacional</b>	<b>387</b>	<b>463</b>	<b>944</b>
<b>Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações</b>	<b>(44.712)</b>	<b>238.888</b>	<b>132.931</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social (nota 8)</b>	<b>51.849</b>	<b>(62.930)</b>	<b>(56.762)</b>
Imposto de Renda	12.196	(21.610)	(62.466)
Contribuição Social	7.022	(13.264)	(37.480)
Ativo Fiscal Diferido	32.631	(28.056)	43.184
<b>Participações nos Lucros</b>	<b>(11.149)</b>	<b>(11.662)</b>	<b>-</b>
<b>Lucro Líquido / (Prejuízo) do Semestre / Exercício</b>	<b>(4.012)</b>	<b>164.296</b>	<b>76.169</b>
<b>Juros Sobre Capital Próprio</b>	<b>(95.050)</b>	<b>(95.050)</b>	<b>-</b>
<b>Lucro Líquido (Prejuízo) por ação - em R\$ - 537.826.073 ações</b>	<b>(0,007)</b>	<b>0,305</b>	<b>0,142</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



**BANCO ORIGINAL S.A.**

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e**  
**Semestre findo em 31 de dezembro de 2012**  
**(Em Milhares de Reais)**

	Capital Social	Aumento de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou (Prejuízos) Acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>150.960</b>	<b>129.373</b>	-	<b>(91.590)</b>	<b>188.743</b>
Aumento de Capital Social	-	1.846.115	-	-	1.846.115
Homologação do BACEN s/aumento de capital social	1.846.115	(1.846.115)	-	-	-
Homologação do BACEN s/capitalização de reservas	333	(333)	-	-	-
Homologação do BACEN s/cancelamento do aumento de capital social	-	(129.040)	-	-	(129.040)
Ajuste a Valor de Mercado - Títulos disponíveis para venda	-	-	25.641	-	25.641
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	-	(223.257)	(223.257)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	76.169	76.169
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>1.997.408</b>	<b>-</b>	<b>25.641</b>	<b>(238.678)</b>	<b>1.784.371</b>
Mutações do exercício	1.846.448	(129.373)	25.641	(147.088)	1.595.628
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>1.997.408</b>	<b>-</b>	<b>25.641</b>	<b>(238.678)</b>	<b>1.784.371</b>
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	(18.923)	-	(18.923)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	164.296	164.296
Destinações:					
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(95.050)	(95.050)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>1.997.408</b>	<b>-</b>	<b>6.718</b>	<b>(169.432)</b>	<b>1.834.694</b>
Mutações do exercício	-	-	(18.923)	69.246	50.323
<b>Saldos em 30 de junho de 2012</b>	<b>1.997.408</b>	<b>-</b>	<b>15.385</b>	<b>(70.370)</b>	<b>1.942.423</b>
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	(8.667)	-	(8.667)
Prejuízo do Semestre	-	-	-	(4.012)	(4.012)
Destinações:					
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(95.050)	(95.050)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>1.997.408</b>	<b>-</b>	<b>6.718</b>	<b>(169.432)</b>	<b>1.834.694</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



## BANCO ORIGINAL S.A.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e  
Semestre findo em 31 de dezembro de 2012  
(Em Milhares de Reais)

	<u>2º Semestre</u>	<u>Exercício</u>	<u>Exercício</u>
	<u>2012</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<b>Atividades Operacionais</b>			
Lucro (Prejuízo) Líquido	(4.012)	164.296	76.169
<b>Ajustes ao Lucro Líquido :</b>	<b>40.687</b>	<b>55.894</b>	<b>149.503</b>
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	39.039	18.256	86.902
Reversão de Outras Provisões de Crédito	(19.712)	(46.150)	-
Constituição/ (Reversão) de Provisão para Despesas Administrativas	-	5.191	(715)
Resultado de Participações em Controladas	(1.427)	(7.117)	4.153
Depreciações do Imobilizado	895	1.430	1.774
Amortização do Diferido	104	841	557
Tributos Diferidos	(32.631)	28.056	56.762
Provisão para Passivos Contingentes	43.359	44.525	-
Provisão de Participações nos Lucros	11.149	11.662	-
Prejuízo na Alienação de Participação Societária	-	(685)	-
Resultado na Alienação de Bens Não de Uso	(155)	(181)	-
Perda de Capital	66	66	70
<b>Lucro Líquido Ajustado</b>	<b>36.675</b>	<b>220.190</b>	<b>225.672</b>
<b>Variações de Ativos e Obrigações</b>	<b>1.616.112</b>	<b>1.602.498</b>	<b>(2.529.992)</b>
Redução / (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(90.787)	(55.528)	76.671
Redução / (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários	1.570.432	1.218.499	(1.755.900)
Redução em Instrumentos Financeiros Derivativos	-	279	-
Redução / (Aumento) em Relações Interfinanceiras	809	(144)	9
Redução / (Aumento) em Operações de Crédito	112.325	346.222	(674.266)
Redução / (Aumento) em Outros Créditos	(43.760)	135.243	(205.665)
Redução / (Aumento) em Outros Valores e Bens	5.109	(24.032)	9.720
(Redução) / Aumento em Outras Obrigações	62.290	(17.735)	19.439
<b>Caixa Líquido Gerado / (Utilizado) em Atividades Operacionais</b>	<b>1.652.787</b>	<b>1.822.688</b>	<b>(2.304.320)</b>
<b>Atividades de Investimentos</b>			
Aquisição de Imobilizado de Uso	(1.351)	(1.389)	(678)
Alienação de Bens Não de Uso	1.395	7.553	-
Aquisição de Investimentos	-	-	(30)
Alienação de Investimentos	-	21.096	2.333
Cancelamento de ágio na aquisição de investimentos	-	-	127.564
Aumento de Capital em Controladas	(8.547)	(33.035)	(90.540)
<b>Caixa Líquido Gerado/ (Utilizado) pelas Atividades de Investimentos</b>	<b>(8.503)</b>	<b>(5.775)</b>	<b>38.649</b>
<b>Atividades de Financiamentos</b>			
Aumento / (Redução) em Depósitos	(100.848)	(508.325)	215.516
Aumento / (Redução) em Captações no Mercado Aberto	(575.000)	(315.106)	306.236
Aumento / (Redução) em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	5.023	(37.728)	50.091
Aumento em Obrigações por Repasses no País	9.139	9.139	-
Aumento do Capital Social	-	-	1.846.115
Cancelamento do Aumento do Capital Social	-	-	(129.040)
<b>Caixa Líquido Gerado / (Utilizado) pelas Atividades de Financiamentos</b>	<b>(661.686)</b>	<b>(852.022)</b>	<b>2.288.918</b>
<b>Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>982.598</b>	<b>964.891</b>	<b>23.247</b>
<b>Modificações na Posição Financeira:</b>			
<b>Início do Exercício</b>	<b>20.678</b>	<b>38.385</b>	<b>15.138</b>
<b>Fim do Exercício</b>	<b>1.003.582</b>	<b>1.003.582</b>	<b>38.385</b>
<b>Aumento / (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>982.598</b>	<b>964.891</b>	<b>23.247</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



# Banco Original S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e semestres findos em 31 de dezembro de 2012**

*(Em milhares de Reais)*

### 1. Contexto operacional

O Banco Original S.A. (Banco), é uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil a operar sob a forma de banco múltiplo, através de carteira comercial, de crédito, financiamento e investimento, de crédito imobiliário, de crédito rural e de câmbio.

### 2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas em consonância com as diretrizes contábeis estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), anteriormente à promulgação da Lei nº 11.638, de 28/12/2007, e Medida Provisória nº 449/08 (convertida posteriormente na Lei nº 11.941/09), associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e dos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, quando aplicável.

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas para determinação e contabilização dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados. Entretanto, a Administração revisa periodicamente essas premissas e estimativas e é de opinião que não deverão existir diferenças significativas.

### 3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis são assim resumidas:

#### a. Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para as de natureza financeira, incluindo os efeitos das variações monetárias e cambiais computados sobre ativos e passivos indexados.

#### b. Ativos e passivos - Circulante e a longo prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.



#### c. Apresentação das Demonstrações dos Fluxos de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas pelo método indireto, conforme premissas estabelecidas no CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, aprovado pela Resolução CMN 3.604/08.

#### d. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por moeda nacional e estrangeira e aplicações interfinanceiras, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os valores eram compostos das seguinte forma:

<u>Composição</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Disponibilidades em moeda nacional	306	163
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 4)	1.003.276	38.222
<b>Total</b>	<b>1.003.582</b>	<b>38.385</b>

#### e. Aplicações interfinanceiras de liquidez

São apresentadas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos “pro rata” dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados.

#### f. Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, as instituições financeiras devem classificar os títulos e valores mobiliários, nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor de mercado, com os ganhos e perdas não realizados reconhecidos no resultado;
- Títulos disponíveis para venda - São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado, e ajustados pelo valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado são reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de “Ajustes de avaliação patrimonial”; e
- Títulos mantidos até o vencimento - Adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para serem mantidos até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado;

#### g. Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)

Os instrumentos financeiros derivativos designados como partes de uma estrutura de proteção contra riscos (*hedge*) podem ser classificados como:

- *Hedge* de risco de mercado - Os ativos e passivos financeiros objetos de *hedge* e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações reconhecidas no resultado.



- *Hedge* de fluxo de caixa - Os ativos e passivos financeiros objetos de *hedge* e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações, em conta destacada no patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários.

Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam os critérios de *hedge* contábil estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.082/2002, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações e desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a *hedge* cujos prazos e taxas são iguais aos do objeto de *hedge* não são contabilizados a valor de mercado, conforme Circular BACEN nº 3.150/2002.

#### **h. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa**

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro 1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é considerada suficiente pela Administração do Banco para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de operações de crédito e atende aos critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

#### **i. Outros ativos.**

Demonstrados ao valor de custo de aquisição ou aplicação acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, calculados em base “pro rata” dia, incorridos até a data do balanço.

#### **j. Despesas antecipadas**

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros e, estão registradas na rubrica “Outros valores e bens”, sendo representadas basicamente por comissões pagas aos correspondentes bancários sobre as contratações de operações de crédito.

Dessa forma, essas comissões são registradas no ativo e, apropriadas ao resultado, simultaneamente quando se correlacionarem com as receitas decorrentes das operações de crédito que a originaram, tendo em vista os prazos dos contratos para as operações de crédito próprias e, para as operações de créditos cedidas, as comissões são apropriadas no período em que são cedidas.

#### **k. Investimentos em controladas.**

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base em balanços levantados na mesma data.

**l. Imobilizado de uso e diferido.**

O ativo imobilizado de uso é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a taxa de depreciação estipulada pelo RIR/99, conforme nota explicativa nº 11.

O ativo diferido, composto por gastos com organização e expansão, é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a legislação em vigor que estabelece um prazo mínimo de 5 anos e máximo de 10 anos para amortização total. Os valores constituídos no ativo diferido até a entrada em vigor da Resolução CMN nº 3.617, de 30 de setembro de 2008, serão mantidos neste grupo até a sua efetiva baixa.

**m. Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment)**

É reconhecido como perda, quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável, ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa substanciais, independente de outros ativos ou grupos de ativos.

As perdas com “impairment”, quando aplicáveis, são registradas no resultado do exercício em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 não existiam indícios de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

**n. Depósitos, captações no mercado aberto, e recursos de aceites e emissão de títulos**

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “pro rata” dia.

**o. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido**

A provisão para imposto de renda (IRPJ) é constituída com base nos rendimentos tributáveis pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para lucros excedentes a R\$ 240 no exercício fiscal. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) das instituições financeiras é de 15% sobre o lucro tributável. Os créditos tributários são constituídos com base nas alíquotas vigentes, na data das demonstrações financeiras, sendo que os créditos sobre adições temporárias, quando houver, serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários estão registrados na rubrica “Outros créditos” e foram reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

**p. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias)**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) baseiam-se nos critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823 de 16 de dezembro de 2009 aplicável a partir do exercício de 2010, da seguinte forma:



Ativos contingentes - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

Não existem ativos contingentes para 31 de dezembro de 2012 e 2011.

Contingências passivas - São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, e quando aplicável é realizada a provisão de acordo com a perda histórica das contingências. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, não sendo efetuada provisão contábil, enquanto aquelas classificadas como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação.

Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - Referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições.

Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, e atualizados de acordo com a legislação vigente.

**q. Outros passivos**

Os demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias até a data do balanço, e nas operações pré-fixadas pelo valor de resgate deduzido das correspondentes despesas a apropriar.

**r. Partes relacionadas**

O Banco possui transações com partes relacionadas, as quais são efetuadas a preços e condições de mercado. Tais transações estão demonstradas na nota 23.

**s. Resultado por ação**

É calculado com base na quantidade de ações do capital social integralizado na data das demonstrações financeiras.

**t. Juros sobre capital próprio**

Para fins contábeis, os juros sobre capital próprio são tratados como dividendos e são apresentados nas Demonstrações Financeiras como uma redução do patrimônio líquido. O benefício fiscal relacionado é registrado na Demonstração do Resultado.

#### 4. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	Até	De 91 a	Acima de	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
	90 dias	360 dias	360 dias	Total	Total
<b>Aplicações no Mercado Aberto</b>					
LTN - Letras do Tesouro Nacional	-	-	2.001	2.001	-
NTN - Notas do Tesouro Nacional	-	-	851.037	851.037	-
<b>Aplicações em Depósito Interfinanceiros</b>					
CDI - Pós	150.238	-	3.599	153.837	-
CDI - Pré	-	-	-	-	36.912
CDI - Crédito Rural PRONAF	-	120	-	120	83
CDI - Crédito Rural SUBEX	-	777	-	777	1.160
CDI - Crédito Rural PRONAMP	-	284	-	284	67
	<b>150.238</b>	<b>1.181</b>	<b>856.637</b>	<b>1.008.056</b>	<b>38.222</b>

As operações compromissadas encontram-se custodiadas no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) e os títulos privados na CETIP S.A. Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP).

#### 5. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

##### 5.1. Títulos e valores mobiliários classificação por título, valor de mercado e curva

	Valor de	Ajuste a	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
<b>Títulos para negociação - Carteira própria</b>	curva/contrato	Mercado	Total	Total
<b>Títulos Públicos Federais - Livres</b>				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	62.462	1	62.463	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	278.809	3.639	282.448	47.676
Notas do Tesouro Nacional - NTN - Série F	75.070	2.104	77.174	-
	<b>416.341</b>	<b>5.744</b>	<b>422.085</b>	<b>47.676</b>

	Valor de	Ajuste a	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
<b>Disponível para venda - Cotas de Fundos - Carteira Própria</b>	curva/contrato	Mercado	Total	Total
Cotas de fundo de investimento em direitos creditórios	164	-	164	181.992
	<b>164</b>	<b>-</b>	<b>164</b>	<b>181.992</b>

	<u>Valor de</u>	<u>Ajuste a</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
<u>Disponível para venda -</u>	<u>curva/contrato</u>	<u>Mercado</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
<u>Título de renda variável -</u>				
<u>Carteira própria</u>				
Ações de companhias abertas	238.655	11.742	250.397	469.818
	<u>238.655</u>	<u>11.742</u>	<u>250.397</u>	<u>469.818</u>

	<u>Valor de</u>	<u>Ajuste a</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
<u>Disponível para Venda - Certificado</u>	<u>curva/contrato</u>	<u>Mercado</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
<u>de Recebíveis - Carteira Própria</u>				
Títulos Privados	3.210	-	3.210	2.797
	<u>3.210</u>	<u>-</u>	<u>3.210</u>	<u>2.797</u>

	<u>Valor de</u>	<u>Ajuste a</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
<u>Títulos para negociação - Vinculados</u>	<u>curva/contrato</u>	<u>Mercado</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
<u>à Operações Compromissadas</u>				
<u>Títulos Públicos Federais</u>				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	318.815
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>318.815</u>

	<u>Sem</u>	<u>Até</u>	<u>De 181 a</u>	<u>Acima de</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
<u>Títulos para negociação - Vinculados à</u>	<u>vencimento</u>	<u>180 dias</u>	<u>360 dias</u>	<u>361 dias</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
<u>prestação de garantias</u>						
<u>Títulos Públicos Federais</u>						
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	148.519	-	148.519	921.433
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	-	100.413
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>148.519</u>	<u>-</u>	<u>148.519</u>	<u>1.021.846</u>

## 5.2 Classificação e Vencimento

Títulos para negociação - Carteira própria					<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
	Sem vencimento	Até 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 361 dias	Total	Total
<u>Títulos Públicos Federais - Livres</u>						
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	75.127	207.321	282.448	47.676
Letra Financeira do Tesouro - LFT	-	62.643	-	-	62.463	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN - Série F	-	-	-	77.174	77.174	-
	-	<b>62.462</b>	<b>75.127</b>	<b>284.495</b>	<b>422.085</b>	<b>47.676</b>

  

Títulos para negociação - carteira própria	<u>31/12/2012</u>				<u>31/12/2011</u>
	Sem Vencimento	Até 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 361 dias	Total
Cotas de fundo de investimento em direitos creditórios	164	-	-	-	164
	<b>164</b>	-	-	-	<b>164</b>

  

Disponível para venda - Título de renda variável Carteira própria					<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
	Sem vencimento	Até 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 361 dias	Total	Total
Ações de companhias abertas	250.397	-	-	-	250.397	469.818
	<b>250.397</b>	-	-	-	<b>250.397</b>	<b>469.818</b>

  

Disponível para venda - Títulos Privados Carteira própria					<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
	Sem vencimento	Até 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 361 dias	Total	Total
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	3.210	-	-	3.210	2.797
	-	<b>3.210</b>	-	-	<b>3.210</b>	<b>2.797</b>

  

Títulos para negociação - Vinculados à Operações Compromissadas					<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
	Sem vencimento	Até 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 361 dias	Total	Total
<u>Títulos Públicos Federais</u>						
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	318.815
	-	-	-	-	-	<b>318.815</b>



<u>Títulos para negociação - Vinculados à Prestação de Garantias</u>	<u>Valor de</u>	<u>Ajuste a</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
	<u>curva/contrato</u>	<u>Mercado</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
<u>Títulos Públicos Federais</u>				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	146.537	1.983	148.519	921.433
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	100.413
	<u>146.537</u>	<u>1.983</u>	<u>148.519</u>	<u>1.021.846</u>

Os títulos públicos encontram-se custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), os títulos privados e as cotas de fundos de investimento na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP) e as ações na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC).

Os valores de mercado dos títulos públicos federais foram obtidos através da utilização de preços divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

Os valores de mercado das ações de companhia aberta foram obtidos através da utilização de preços divulgados pela BM&FBovespa. Tais ações encontram-se classificadas como "títulos disponíveis pra venda", havendo consequente registro de seu ajuste a valor de mercado diretamente no Patrimônio Líquido, considerando os efeitos tributários.

As ações de companhia aberta estão compostas por 3.447.999 ações da Vigor Alimentos S.A. (VIGR3) totalizando R\$ 19.999 e 38.399.729 ações da JBS S.A. (JBSS3) totalizando R\$ 230.398.

A aplicação em CRI pós-fixado refere-se à aquisição dos Certificados de Recebíveis Imobiliários subordinados da primeira emissão de CRI da Gaia Securitizadora S.A. Estes papéis são remunerados à taxa de 14,50% a.a. e corrigidos monetariamente pela TR. As cotas dos Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDCs) estão contabilizadas pelo valor da cota divulgado pelos administradores dos respectivos fundos. A remuneração das cotas subordinadas corresponde à parcela do lucro apurado nos respectivos fundos, após a alocação dos rendimentos estabelecidos no estatuto às cotas seniores e apropriação das demais despesas inerentes aos fundos.

As cotas dos fundos de investimentos foram classificadas no Balanço Patrimonial em curto prazo, de acordo com o vencimento das carteiras de operações de crédito que o Banco cedeu aos respectivos fundos.

<u>Fundo de Investimentos</u>	<u>31/12/2012</u>		<u>31/12/2011</u>	
	<u>EMA</u>	<u>MATONE</u>	<u>EMA</u>	<u>MATONE</u>
Saldo das quotas subordinadas - R\$	-	164	41.765	140.157
Patrimônio Líquido do fundo - R\$	-	164	60.267	522.121
Quantidade de quotas subordinadas	-	239	9.074.820	84.844
Relação mínima exigida pelo regulamento:				
PL do fundo sobre valor das quotas seniores	-	-	117%	118%

## 5.2. Instrumentos financeiros derivativos

### 5.2.1. Operações de *Swap*

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos na modalidade de *swap* destinados a atender as necessidades próprias e de seus clientes. O valor de mercado dos *swaps* é apurado considerando o fluxo de caixa estimado de cada uma de suas pontas, descontados a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião do encerramento dos balanços.

Em 31 de dezembro de 2012 o Banco Original S.A. não tinha posição ativa e passiva de *Swap*, em 31 de dezembro de 2011 o saldo era de R\$ 85 de posição passiva e não tinha posição ativa.

Os Instrumentos financeiros derivativos encontram-se registrados na CETIP S.A. Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.

Em 31 de dezembro de 2012 não há valor contratado de *swaps* (2011 - R\$ 39.900).

### 5.2.2. Operações de *Futuros*

Os instrumentos financeiros derivativos “futuros” encontram-se custodiados na Bolsa de Valores, Mercadorias e de Futuros de São Paulo (BM&FBovespa).

Em 31 de dezembro de 2012 os ajustes líquidos (a pagar) ou a receber referentes a contratos no mercado futuro em d+1, no montante de R\$ (641) (2011- R\$ 6.514) foram registrados em negociação e intermediação de valores.

O valor *notional* das operações no mercado futuro em 31 de dezembro de 2012 esta composto pelo montante contratado de R\$ 8.073.500 (2011 – R\$ 30.474.599) de referencial DI.

Futuro				31/12/2012	31/12/2011
	<u>Até 180 dias</u>	<u>De 181 a 360 dias</u>	<u>Acima de 360 dias</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
DI	-	77.500	7.996.000	<b>8.073.500</b>	<b>30.474.599</b>

### 5.2.3. Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

Resultado derivativos do período	2º semestre 2012			31/12/2012			31/12/2011
	<u>Receita</u>	<u>Despesa</u>	<u>Resultado</u>	<u>Receita</u>	<u>Despesa</u>	<u>Resultado</u>	<u>Resultado</u>
Swap	-	-	-	55	(3)	52	(1.243)
Opções	-	(518)	(518)	576	(591)	(15)	(467)
Futuro DI	28.191	(17.082)	11.109	484.794	(248.505)	236.289	263.869
Futuro BGI	1.781	(3.519)	(1.738)	3.521	(3.781)	(260)	-
Futuro Moedas	448	(849)	(401)	4.081	(996)	3.085	(11.449)
Futuro DDI	-	-	-	-	-	-	-
Futuro Índice	58	(115)	(57)	157	(6.210)	(6.053)	-
Futuro Dólar	-	(310)	(310)	-	(1.862)	(1.862)	-
Futuro Milho	952	(650)	302	963	(1.131)	(168)	-
	<u>31.430</u>	<u>(23.043)</u>	<u>8.387</u>	<u>494.147</u>	<u>(263.079)</u>	<u>231.068</u>	<u>250.710</u>

Para as operações com instrumentos financeiros derivativos efetuados junto à BM&F Bovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e de Futuros de São Paulo (BM&F Bovespa), foram requeridas margens de garantia em títulos, no valor de R\$ 148.519 (2011- R\$ 1.021.846), ambos os exercícios representados por Letras do Tesouro Nacional (LTN) e Letras Financeiras do Tesouro (LFT). **Gerenciamento de Risco**



O Banco possui como política a minimização de riscos de mercado resultantes de suas operações através da utilização de instrumentos financeiros derivativos. A administração dos riscos de mercado é efetuada utilizando práticas que incluem a medição e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos, do valor de risco da carteira, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos *gaps* de liquidez, dentre outras práticas que permitem o acompanhamento dos riscos de oscilações nos preços dos ativos, nas taxas de juros e outros fatores que podem afetar as posições das carteiras no mercado onde atua.

Os principais riscos relacionados aos instrumentos financeiros são risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez e risco operacional, conforme definidos abaixo. Maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de riscos na nota explicativa nº 24.

a) Risco de crédito: decorre da contraparte de não honrar compromisso contratado, da degradação de garantias e da concentração em cliente ou setor, onde a área de Risco é responsável pela avaliação do risco de crédito presente nas operações de tesouraria, bem como pela proposição de limites máximos para assunção de tais riscos. O Banco segue as definições da Resolução CMN nº 2.682/1999, permitindo a classificação de risco de toda a sua base de clientes. A concessão de crédito utiliza-se de critérios internamente definidos para definição de limites de crédito a clientes.

b) Risco de mercado: é a exposição criada pela potencial flutuação nas taxas de juros, taxas de câmbio, preços cotados em mercado e outros valores, e em função do tipo de produto, do volume de operações, prazo e condições do contrato e da volatilidade subjacente.

c) Risco de liquidez: é a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis decorrentes de operações com instrumentos financeiros que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

d) Risco operacional: é a probabilidade de perdas financeiras decorrentes de falhas ou inadequação de pessoas, processos e sistemas, ou quaisquer outras situações adversas de mercado.

## 6. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

### 6.1 Composição por produto

<u>Empréstimos e Financiamentos</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
	<u>Total</u>	<u>Total</u>
C.P.R.*	103.785	-
Capital de giro	95.080	249.744
CCB	1.430	181.763
Empréstimo Consignado	142.460	464.942
Conta Garantida	1.935	3.267
Financiamento Habitacional	12.374	59.819
Financiamento Rurais e Agroindustriais	7.928	-
Devedores p/ Compra de Valores e Bens - Outros Créditos	52	100
Fiança Honrada	-	4.428
<b>Total da carteira de crédito</b>	<b>365.044</b>	<b>964.063</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(31.049)	(166.572)
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(5)	(7.428)
	<b>333.990</b>	<b>790.063</b>

(\*) A CPR (Cédula de Produto Rural), representa o compromisso de entrega de produtos rurais, com ou sem garantia regularmente constituída. Basicamente, o produtor rural a emite e recebe o valor negociado de forma antecipada.

## 6.2 Carteira de crédito por concentração

Descrição	31/12/2012				31/12/2011		
	Valor	% da		% das		Valor	% da
		Carteira	Provisões	Provisões	Carteira		
10 maiores devedores	226.713	62%	4.609	15%	389.161	40%	
50 maiores devedores seguintes	18.436	5%	21.392	69%	81.928	8%	
100 maiores devedores seguintes	7.831	2%	3.578	12%	10.718	2%	
Demais devedores seguintes	112.064	31%	1.470	4%	482.256	50%	
<b>Total</b>	<b>365.044</b>	<b>100%</b>	<b>31.049</b>	<b>100%</b>	<b>964.063</b>	<b>100%</b>	

## 6.3 Carteira de crédito por ramo de atividade e vencimento

	31/12/2012			31/12/2011	
	Carteira	A Vencer	A Vencer acima	Total	Total
	Vencida a partir de 15 dias	até 360 dias	de 360 dias		
Rural	-	-	-	-	67.652
Industria	-	6.462	6.250	12.712	56.092
Comercio	-	34.269	700	34.969	5.196
Outros Serviços	10	58.463	50.982	109.455	351.218
Pessoa física	74.153	25.089	108.666	207.908	483.904
Habitação	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>74.163</b>	<b>124.283</b>	<b>166.598</b>	<b>365.044</b>	<b>964.063</b>

## 6.4. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A abertura da posição “A vencer” e “Vencida” refere-se às parcelas dos contratos vigentes em 31 de dezembro de 2012. As provisões constituídas levam em consideração as classificações de “rating” e os percentuais estipulados na Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

Nível de Risco	31/12/2012					31/12/2011	
	a Vencer	Vencida	Carteira	Provisão	%	Provisão	%
A	124.159	-	124.159	(621)	2,00%	(2.976)	1,79%
B	106.181	5.356	111.537	(1.115)	3,59%	(317)	0,19%
C	38.145	46.367	84.512	(2.536)	8,17%	(4.448)	2,67%
D	12.682	3.390	16.072	(1.607)	5,17%	(472)	0,28%
E	5	2.189	2.194	(658)	2,12%	(598)	0,36%
F	16	2.205	2.221	(1.111)	3,58%	(5.150)	3,09%
G	16	3.127	3.143	(2.200)	7,08%	(17.550)	10,54%
H	304	20.902	21.206	(21.206)	68,29%	(135.061)	81,08%
<b>Total</b>	<b>281.508</b>	<b>83.536</b>	<b>365.044</b>	<b>(31.054)</b>	<b>100%</b>	<b>(166.572)</b>	<b>100%</b>

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
<b>Saldo Inicial 31/12/2011</b>	166.572	24.915
Constituição	76.973	333.490
Reversão	(4.099)	(102.211)
Baixa Prejuízo	(208.397)	(89.622)
<b>Saldo final</b>	<u>31.049</u>	<u>166.572</u>

**Provisão Crédito Cedido com Coobrigação**

	31/12/2012	31/12/2011
<b>Saldo Inicial</b>	47.289	32.260
Constituição	87	15.029
Reversão	(47.282)	-
<b>Saldo Final</b>	<u>94</u>	<u>47.289</u>

**Provisão outros créditos**

	31/12/2012	31/12/2011
<b>Saldo Inicial</b>	7.428	-
Constituição	32	23.922
Reversão	(7.455)	(16.494)
<b>Saldo Final</b>	<u>5</u>	<u>7.428</u>

A provisão constituída para cobrir as eventuais perdas dos créditos cedidos com coobrigação, é calculada, conservadoramente, com base nos mesmos critérios utilizados para a apuração da provisão sobre a carteira própria. Essa provisão está registrada no Balanço Patrimonial na rubrica “Outras obrigações - diversas” no montante de R\$ 94 (R\$ 54.057 em 2011).

A provisão constituída para cobrir as eventuais perdas dos avais e fianças honradas e outros créditos, está registrada no Balanço Patrimonial na rubrica “Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa” no montante de R\$ 5 (R\$ - em 2011).

O total de recuperação no exercício foi de R\$ 22.499 (R\$ 1.110 em 2011) e não houve renegociação nos períodos.



No exercício o volume da carteira cedida sem coobrigação, com instituições financeiras, representa valor futuro de R\$ 2.634.359 (R\$ 427.274 em 2011) cedidos para fundos e instituições financeiras. O saldo de operações de crédito cedido com coobrigação em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 2.841 (R\$ 467.016 em 2011).

## 7. Outros créditos - diversos

<u>Composição</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Impostos e contribuições antecipados e a compensar	39.582	4.806
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8.2)	163.353	290.556
Depósitos Judiciais (Nota 16)	5.167	4.892
Valores a receber de correspondentes bancários (a)	-	11.074
Valores a receber de sociedades ligadas (Nota 23)	1.137	15.061
Adiantamento de Comissão a empresa ligada	-	9.471
Adiantamentos diversos	311	61
Cessão de créditos com compartilhamento de resultados	-	2.998
Diversos	5.300	7.257
<b>Total</b>	<b>214.850</b>	<b>346.176</b>

(a) Esse montante refere-se principalmente a valores de contratos de empréstimos consignados originados em desacordo com as normas estabelecidas pelo Banco e a valores de empréstimos liquidados pelo cliente, onde os valores foram depositados em juízo pelo correspondente.

## 8. Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os valores diferidos foram calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões temporariamente não dedutíveis.

Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando lucro tributável for apurado.

O ativo e o passivo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social estão apresentados no Balanço Patrimonial nas rubricas “Outros créditos - diversos” e “Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias”, respectivamente.

### 8.1. Movimentação dos créditos e débitos fiscais diferidos de imposto de renda, contribuição social, pis e cofins.

Créditos fiscais diferidos	2012	2011
	Exercício	Exercício
Saldo inicial	290.556	98.537
Constituições	37.421	193.601
Reversões	(164.624)	(1.582)
<b>Saldo final</b>	<b>163.353</b>	<b>290.556</b>
Débitos fiscais diferidos	2012	2011
	Exercício	Exercício
Saldo inicial	124.857	2.525
Constituições	40.140	122.332
Reversões	(156.666)	-
<b>Saldo final</b>	<b>8.331</b>	<b>124.857</b>

### 8.2. Composição do ativo fiscal diferido

Ativos fiscais diferidos	2012	2011
Prejuízo fiscal	257.531	295.615
<b>Crédito de imposto de renda sobre prejuízo fiscal - 25%</b>	<b>64.383</b>	<b>73.904</b>
Base negativa de contribuição social	257.725	295.624
<b>Crédito de contribuição social sobre base negativa - 15%</b>	<b>38.659</b>	<b>44.344</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	31.049	166.572
Provisão para créditos cedidos com coobrigação	15.222	45.987
Provisão para reclamações trabalhistas	2.756	4.230
Provisão para despesas administrativas	673	27
Provisão para contingências cíveis	42.621	-
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	1.703	7.779
Provisão PLR - Administradores	9.587	-
Provisão para perda no valor recuperável dos bens não de uso	15.488	15.487
Ajustes Futuro - DI e DDI	8.079	190.375
Pis/Cofins diferidos sobre ajuste DI e DDI futuro - 4,65%	(376)	-
Perdas em operações de crédito	24.158	-
Outras diferenças temporárias	4.870	315
<b>Total de diferenças temporárias CSLL</b>	<b>146.243</b>	<b>430.772</b>
<b>Total de diferenças temporárias IRPJ</b>	<b>155.831</b>	<b>430.772</b>
<b>Crédito de imposto de renda sobre diferenças temporárias - 25%</b>	<b>36.561</b>	<b>107.692</b>
<b>Crédito de contribuição social sobre diferenças temporárias - 15%</b>	<b>23.375</b>	<b>64.616</b>
Ajustes Futuro - DI e DDI	8.079	-
<b>Base de cálculo do ativo fiscal diferido de PIS e COFINS</b>	<b>8.079</b>	<b>-</b>
Pis/Cofins diferidos sobre ajuste DI e DDI futuro - 4,65%	4,65%	4,65%
<b>Total do crédito de PIS e COFINS diferidos</b>	<b>376</b>	<b>-</b>
<b>Total do ativo fiscal diferido</b>	<b>163.353</b>	<b>290.556</b>
Circulante	45.177	154.034
Longo prazo	118.176	136.522

### 8.3. Composição do passivo fiscal diferido

<b>Passivos fiscais diferidos</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>Diferenças temporárias:</b>		
Ajuste negativo ao valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	-	-
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos	7.727	3.492
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	11.742	44.818
Pis/Cofins diferidos sobre ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda - 4,65%	(905)	(2.084)
Ajuste DI futuro	-	256.361
Pis/Cofins diferidos sobre ajuste DI futuro - 4,65%	-	(3.209)
Outras diferenças temporárias	-	(468)
<b>Total de diferenças temporárias</b>	<b>18.564</b>	<b>298.910</b>
<b>Débito de imposto de renda sobre diferenças temporárias - 25%</b>	<b>4.641</b>	<b>74.727</b>
<b>Débito de contribuição social sobre diferenças temporárias - 15%</b>	<b>2.785</b>	<b>44.836</b>
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	11.742	44.818
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos para negociação	7.727	3.492
Ajuste negativo ao valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	-	(467)
Ajuste DI futuro	-	65.986
<b>Base de cálculo do passivo fiscal diferido de PIS e COFINS</b>	<b>19.469</b>	<b>113.829</b>
Aliquota de Pis e Cofins	4,65%	4,65%
<b>Total do débito de PIS e COFINS diferidos</b>	<b>905</b>	<b>5.293</b>
<b>Total do passivo fiscal diferido</b>	<b>8.331</b>	<b>124.857</b>
Circulante	8.331	124.857

### 8.4. Estimativa de realização do ativo e passivo fiscal diferido de imposto de renda, contribuição social, PIS e Cofins

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>Estimativa de realização do ativo fiscal diferido</b>		
Exercício de 2012	-	154.034
Exercício de 2013	43.744	46.343
Exercício de 2014	12.480	18.964
Exercício de 2015	6.725	18.964
Exercício de 2016	55.361	18.964
Exercício de 2017	45.043	16.992
Exercício de 2018	-	16.295
<b>Subtotal</b>	<b>163.353</b>	<b>290.556</b>
<b>Estimativa de realização do passivo fiscal diferido</b>		
Exercício de 2012	-	124.857
Exercício de 2013	8.331	-
<b>Subtotal</b>	<b>8.331</b>	<b>124.857</b>
<b>Valor líquido de realização dos impostos diferidos</b>	<b>155.022</b>	<b>165.699</b>

O valor presente do ativo fiscal diferido em 31 de dezembro de 2012, considerando a taxa de captação projetada para os períodos é de R\$ 138.663 (R\$ 113.561 em 2011).



## 8.5. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

Reconciliação do imposto de renda e contribuição social	2012	2011
	Exercício	Exercício
<b>Resultado antes da tributação</b>	<b>132.176</b>	<b>132.931</b>
Resultado de participações em coligadas e controladas	(7.117)	4.153
Outras diferenças permanentes - CSLL	26.818	4.819
Outras diferenças permanentes - IRPJ	37.023	4.819
Base de cálculo - CSLL	151.877	141.903
Base de cálculo - IRPJ	162.082	141.903
Contribuição social - 15%	(22.782)	(21.286)
Imposto de renda - 25% (deduzido dos incentivos fiscais)	(39.917)	(35.476)
<b>Total de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(62.698)</b>	<b>(56.762)</b>
Imposto de renda /contribuição social exercícios anteriores	(232)	-
Encargo líquido de imposto de renda e contribuição social	(62.931)	(56.762)

## 9. Outros valores e bens

Os outros valores e bens estão compostos por imóveis habitacionais retomados pelo não recebimento de créditos oriundos de financiamentos imobiliários no montante de R\$ 4.025 (R\$ 3.454 em 2011) e por outros imóveis recebidos em dação de pagamento de operações de crédito no montante de R\$ 37.104 (R\$ 15.380 em 2011), para os quais foi constituída provisão para perda na alienação desses imóveis nos montantes de R\$ 108 e R\$ 15.380 (R\$ 109 em 2011), respectivamente, cujo valor está apresentado no balanço patrimonial na rubrica "Provisões para desvalorizações".

## 10. Participações em empresas controladas

### 10.1. Empresa na qual o Banco mantém investimento

#### a) Matone Promotora Ltda. (Promotora)

Constituída em 23 de setembro de 1997, tem como objeto social a prestação e a promoção de serviços relacionados a créditos concedidos por terceiros, que lhe outorgarem mandatos especiais, promovendo o seu controle, organização de cadastro de informações, cobranças extrajudiciais e outras atividades correlatas; representação comercial em comissão; e atividades de teleatendimento e serviços de contatos telefônicos *call center*.

Em 09 de dezembro de 2011, o Banco aumentou o capital social da Promotora em R\$ 90.540, com a consequente emissão de 78.752.062 quotas.

## **10.2. Empresas nas quais o Banco deixou de manter investimentos**

### **a) Matone Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Distribuidora)**

Em 24 de agosto de 2010 o Banco firmou contrato de compra e venda da totalidade das suas quotas, representativas do controle societário da Distribuidora. Em 07 de fevereiro de 2011 o BACEN aprovou a transferência do controle societário e, a partir desta data a Distribuidora deixou de ser controlada pelo Banco

### **b) Unimatone Educação Corporativa Ltda. (Unimatone)**

Em 20 de outubro de 2011 o Banco decidiu pela descontinuidade da Unimatone, tendo em vista que esta empresa não é mais necessária estrategicamente para suas operações.

### **c) Bem-vindo! Promotora de Vendas e Serviços S.A. (Bem-vindo)**

Em 22 de dezembro de 2009, o Banco adquiriu a valor de mercado 999.998 ações da Bem-vindo por R\$ 128.400, correspondendo a 99,9998% do capital social. O ágio na aquisição das 999.998 ações foi de R\$ 127.564, com fundamento econômico na previsão de resultados futuros conforme laudo de avaliação emitido pela Fator Corporate Consultoria Ltda. Entretanto, em 11 de julho de 2011 foi celebrado um aditamento contratual alterando o critério para definição de tal preço, passando a utilizar o critério de valor contábil, em detrimento do critério anteriormente utilizado, de valor de mercado.

Em 03 de novembro de 2011, o Banco celebrou com a J&F Participações Financeiras Ltda. (J&F), um contrato de compra e venda de ações, pelo qual a J&F adquiriu 1.000.000 ações ordinárias e nominativas, totalmente subscritas e integralizadas, representativas do controle societário da Bem-vindo. A partir desta data, o Banco deixou de possuir investimentos nesta empresa.

Em 29 de fevereiro de 2012, o Banco concluiu a alienação do seu investimento na Bem-Vindo, que gerou uma despesa de equivalência patrimonial de R\$ 3.392..



### 10.3. Informações sobre os investimentos em empresas controladas

	<b>Matone Promotora Ltda.</b>	
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Capital Social	112.932	104.386
Prejuízo acumulado exercício anterior	(1.201)	(3.811)
Lucro Líquido do Exercício	10.510	2.610
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>122.241</b>	<b>103.185</b>
Participação	100,00%	100,00%
<b>Situação dos Investimentos</b>		
Saldo no inicial 31/12/2011	102.698	9.617
Aumento de Capital	8.546	90.540
Alienação de Investimentos	-	(69)
Resultado Equivalência Patrimonial	10.510	2.610
<b>Saldo de Investimento no exercício</b>	<b><u>121.754</u></b>	<b><u>102.698</u></b>

A diferença de R\$ 487 entre o patrimônio líquido da Promotora e o saldo do investimento que o Banco possui nesta empresa, refere-se ao deságio na aquisição de quotas ocorrida em julho de 2011.

## 11. Imobilizado

	<u>Taxa de depreciação</u>	<u>Imobilizado custo</u>	<u>Depreciação Acumulada</u>	<u>31/12/2012 Imobilizado líquido</u>	<u>31/12/2011 Imobilizado líquido</u>
Móveis e equipamentos de uso	10%	1.323	(652)	671	752
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	-	-	-	283
Sistema de comunicação	10%	810	(277)	533	766
Sistema de processamento de dados	20%	9.848	(6.002)	3.846	3.452
Sistema de segurança	10%	62	(26)	36	43
Sistema de transporte	10%	552	(411)	141	197
Instalações	10%	277	(49)	228	-
Outras imobilizações		-	-	-	3
		<u>12.872</u>	<u>(7.417)</u>	<u>5.455</u>	<u>5.496</u>

## 12. Depósitos

### *Classificação e vencimento*

Depósitos					31/12/2012	31/12/2011
	Sem vencimento	Até 90 dias	de 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	Total
Depósito a Vista	1.176	-	-	-	1.176	1.031
Depósito a Prazo - CDB e DPGE	-	53.377	166.067	158.812	378.256	736.748
Depósitos Interfinanceiros	-	36.459	-	-	36.459	186.437
	<u>1.176</u>	<u>89.836</u>	<u>166.067</u>	<u>158.812</u>	<u>415.891</u>	<u>924.216</u>

O Banco realiza operações com CDB, com taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 100% e 115% do CDI; e para as operações pré-fixadas o valor da taxa praticada varia entre 5,30% a.a. e 13,75% a.a. Para operações de CDI, com taxas pós-fixadas praticadas de 100% do CDI; e para DPGE com taxas pósfixadas praticadas entre 113% e 123% do CDI, ou 100% do IGPM mais 9% a.a.

Em 2011 as taxas praticadas com CDB em operações pós-fixadas estão entre 90% e 100% do CDI; e para as operações pré-fixadas o valor da taxa praticada varia entre 8,10% a.a. e 10,61% a.a.; para DPGE com taxas pós-fixadas de 100% do CDI acrescida de IGPM mais 9% e IPCA mais 7,8%, para taxas pré-fixadas entre 9,98% a.a. e 10,59% a.a.; para CDI com taxas de 100% do CDI.

## 13. Recursos aceites e emissão de títulos

### *Classificação e vencimento*

Recursos de Letras de Crédito					31/12/2012	31/12/2011
	Sem vencimento	Até 90 dias	de 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	Total
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	-	10.354	2.009	-	12.363	50.091
	<u>-</u>	<u>10.354</u>	<u>2.009</u>	<u>-</u>	<u>12.363</u>	<u>50.091</u>

O Banco realiza operações com LCAs - Letras de Crédito do Agronegócio, com taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 90% e 100% do CDI (2011- 100%). Para as operações pré-fixadas o valor da taxa praticada varia entre 6,10% a.a. e 7,26% a.a.. Não havia operações pré-fixadas em 2011.

## 14. Obrigações por repasses do país

O Banco possui operações de linhas de financiamento com recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) destinadas a cafeicultores, suas cooperativas e as agroindústrias, para utilização em Custeio, Colheita, Estocagem, e Aquisição de Café. Em 31 de dezembro de 2012, o montante captado foi de R\$ 9.139 (zero em 2011).

				<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
	<u>Até 90 dias</u>	<u>de 91 a 360 dias</u>	<u>Acima de 360 dias</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Funcafé - FAC	-	3.078	-	3.078	-
Funcafé - Custeio	-	2.012	-	2.012	-
Funcafé - Giro	-	-	1.017	1.017	-
Funcafé - Estocagem	-	3.032	-	3.032	-
	<u>-</u>	<u>8.122</u>	<u>1.017</u>	<u>9.139</u>	<u>-</u>

Com taxas e prazos em conformidade com o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA).

## 15. Outras obrigações diversas

<u>Composição</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Passivos Trabalhistas (Nota 16)	2.756	4.230
Provisão Contingências Cíveis (Nota 16)	42.621	-
Provisão Cessão com Coobrigação Crédito Cedidos	94	47.289
Provisão Contingências Consignado	15.916	-
Recebimentos a Ressarcir Demais Convênios (b)	9.359	20.295
Contas a Pagar de Uso, Consumo e Prestação de Serviços	17.600	-
Cessões de crédito a liquidar (a)	30.628	70.887
Outros Credores	5.816	11.098
	<u>124.791</u>	<u>153.799</u>

a) Cessão de créditos a liquidar - Refere-se a parcelas de operações de crédito recebidas antecipadamente, relativas a operações de crédito cedidas a outras instituições financeiras (com coobrigação) e a Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (sem coobrigação), a serem repassadas para essas instituições nas respectivas datas estabelecidas nos contratos de cessão.

b) Valores a pagar para correspondentes bancários.

## 16. Provisões para contingências

### Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2012, o Banco possuía contingências trabalhistas com probabilidades de saída de recursos prováveis no montante de R\$ 2.756 (R\$ 4.230 em 2011) para os quais foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$ 2.812 (R\$ 3.491 em 2011).

O Banco possui contingências trabalhistas possíveis no montante de R\$ 1.581 (2011 – zero) para as quais não foram constituídas provisões.

## Cíveis

A provisão para contingências cíveis era contabilizada para as ações com perspectiva de perda provável, conforme prognóstico dos advogados. A partir do 4º trimestre de 2012, a provisão passou a ser contabilizada a partir de aplicação de percentual de perda efetiva sob o montante total das causas cíveis informadas pelos advogados gerando uma provisão de R\$ 42.621.

As contingências cíveis possíveis totalizam R\$ 192.311 (R\$ 69.317 em 2011) para as quais não foram constituídas provisões. Foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$ 955.

## Fiscal

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o Banco possui apenas ação ativa de natureza fiscal, para a qual foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$ 1.400 (R\$ - em 2011). Devido os consultores jurídicos do Banco não acusarem como causa provável não foram efetuadas provisões.

## 17. Patrimônio líquido

### Capital social

O capital social de R\$ 1.997.408 de domiciliados no País é representado por 537.826.073 ações nominativas, sendo 518.913.037 ordinárias e 18.913.036 preferenciais, todas sem valor nominal totalmente subscritas e integralizadas.

Composição Acionária	31/12/2012 e 2011		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
J & F Participações Financeiras Ltda.	518.913.037	18.913.036	537.826.073
	<u>518.913.037</u>	<u>18.913.036</u>	<u>537.826.073</u>

### Ajuste de avaliação patrimonial

O registro do valor de mercado das ações de companhia aberta foi obtido através da utilização de preços divulgados pela BM&F Bovespa. Tais ações encontram-se classificadas como "títulos disponíveis para venda", havendo conseqüente registro de seu ajuste a valor de mercado diretamente no Patrimônio Líquido, considerando os efeitos tributários no valor de R\$ 6.718 (R\$ - em 2011).

### Juros sobre o capital próprio

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o Banco provisionou juros sobre o capital próprio dos acionistas, no montante de R\$ 95.050 (zero em 2011), calculados de acordo com as regras fiscais vigentes. O benefício fiscal reconhecido no resultado decorrente desses juros foi de R\$ 38.020 (zero em 2011).



## 18. Resultado operações de crédito

<u>Descrição</u>	<u>2º Semestre</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Rendas de Operações de Crédito	121.959	322.962	255.439
Resultado de Cessão (a)	(59.782)	(107.768)	(208.842)
	<u>62.177</u>	<u>215.194</u>	<u>46.597</u>

(a) Durante o exercício de 2012 e 2011 o Banco apresentou resultado negativo nas operações de cessões de crédito, em decorrência das recompras das carteiras cedidas em períodos anteriores e consequente estorno da receita, registrada quando da cessão.

## 19. Despesa de pessoal

<u>Descrição</u>	<u>2º Semestre</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Honorários	3.084	4.152	4.343
Remuneração	1.311	3.660	4.200
Benefícios	1.384	2.238	761
Encargos Sociais	1.187	2.478	2.923
Outros	1	1	101
	<u>6.967</u>	<u>12.529</u>	<u>12.328</u>

## 20. Outras despesas administrativas

<u>Descrição</u>	<u>2º Semestre</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Seguro Prestamista	40	2.371	2.798
Seguros	-	-	5.465
Processamento de Dados	3.613	7.629	3.603
Serviços Técnicos Especializados	23.304	48.610	41.481
Publicidade e Propaganda	1.119	2.169	1.382
Serviços do Sistema Financeiro (a)	54.580	150.943	52.957
Amortização e Depreciação	999	2.271	2.331
Comunicação	895	2.968	5.456
Serviços Terceiros	410	3.253	7.290
Aluguéis	2.882	5.978	3.262
Despesas Legais e Jurídicas	387	387	-
Projetos Reestruturação	1.000	1.000	-
Consultoria Jurídica e Financeira	-	-	6.871
Outras	3.413	13.054	7.169
	<u>92.642</u>	<u>240.633</u>	<u>140.065</u>



a) Os valores de serviços do sistema financeiro referem-se principalmente a despesas com comissões e bônus a correspondentes bancários.

## 21. Despesas tributárias

<b>Descrição</b>	<b>2º Semestre</b>	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
ISS	2	494	11
Cofins	5.254	24.114	13.574
Pis/Pasep	853	3.918	2.206
Outros	199	199	47
	<b>6.308</b>	<b>28.725</b>	<b>15.838</b>

## 22. Outras receitas e despesas operacionais

<b>Descrição</b>	<b>2º Semestre</b>	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
<b>Outras Receitas Operacionais</b>			
Recuperação de Créditos Baixados p/ Prejuízo	10.019	22.499	3.829
Recuperação de Encargos e Despesas	955	971	153
Rendas de Garantias Prestadas	-	58	-
Reversão de Provisões Operacionais	-	-	-
Outras Rendas Operacionais	-	184	983
Variações Monetárias Ativas	-	-	340
Atualizações de Impostos	-	-	182
Variações Monetárias Ativas - Ligadas	-	-	752
Rendas de Obrigações Temporárias	-	-	403
Descontos Obtidos	-	-	101
Outras	358	358	128
	<b>11.332</b>	<b>24.070</b>	<b>6.871</b>
<b>Outras Despesas Operacionais</b>			
(-) Despesas de Cessão de Operação de Crédito	(12.629)	(50.563)	-
(-) Perdas com Créditos Incobráveis	(3.344)	(3.344)	-
(-) Perdas em Renegociação de Dívidas	-	(7.470)	-
(-) Contingência Trabalhista	(738)	(738)	(955)
(-) Contingência Cíveis (a)	(42.621)	(42.621)	-
(-) Compra de Dívidas	-	-	(2.891)
(-) Perda na Negociação e Intermediação de Valores	-	-	(2.885)
(-) Perdas com operações de Crédito não Seguradas	-	-	(2.819)
(-) Amortização de Ágio na Aquisição de Investimentos	-	-	(1.352)
(-) Patrocínio	(800)	(800)	-
(-) Outras	(1.535)	(3.040)	(516)
	<b>(61.667)</b>	<b>(108.576)</b>	<b>(11.418)</b>

## **23. Transações com partes relacionadas**

### **a. Remuneração dos Administradores**

#### **a.1 Remuneração do pessoal-chave da Administração**

Até a data de 31 de dezembro de 2012, o valor de remuneração fixa e variável dos Administradores (Conselho e Diretoria) totalizou o valor de R\$ 11.587 (2011 – R\$ 4.387).

#### **a.2 Benefício pós-emprego**

O Banco não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para a Diretoria ou membros do Conselho de Administração.

### **b. Operações entre Partes Relacionadas**

As operações e remuneração de serviços entre as empresas abaixo relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas usuais de mercado, e em condições de comutatividade. Os saldos de operações e os resultados obtidos em transações com partes relacionadas estão divulgados de acordo com as normas estabelecidas pela Resolução CMN nº 3.750/2009, conforme os saldos apresentados abaixo:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2011</u>
	Ativo/(Passivo)	Receita/ (Despesa)	Ativo/(Passivo)	Receita/ (Despesa)
<b><u>Valores a Receber/(Pagar) de</u></b>				
<b><u>Pessoas Ligadas</u></b>				
Matone Promotora Ltda.	302	302	(2.054)	-
Bem Vindo! Promotora de Vendas e Servs. S/A	-	-	21.795	-
J&F Participações Financeiras Ltda.	835	835	835	-
	<u>1.137</u>	<u>1.137</u>	<u>20.576</u>	<u>-</u>
<b><u>Aplicações em Operações</u></b>				
<b><u>Compromissadas</u></b>				
Banco Original do Agronegócio S.A.	2.000	315	315.108	-
	<u>2.000</u>	<u>315</u>	<u>315.108</u>	<u>-</u>
<b><u>Titulos de Renda Variável</u></b>				
S/A. Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor	230.398	-	-	-
JBS S.A.	19.998	-	-	-
	<u>250.396</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b><u>Recursos de Aceites</u></b>				
<b><u>Cambiais, Lis, LHs,</u></b>				
<b><u>Debentures e Similares</u></b>				
Matone Promotora Ltda	(7.376)	(243)	-	-
S/A. Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor	-	-	(50.091)	-
	<u>(7.376)</u>	<u>(243)</u>	<u>(50.091)</u>	<u>-</u>
<b><u>Depósito a Vista</u></b>				
	(279)	-	-	-
Matone Promotora Ltda	(22)	-	(75)	-
J&F Participações Financeiras Ltda.	(8)	-	-	-
Bem Vindo! Promotora de Vendas e Servs. S/A	-	-	(22)	-
	<u>(309)</u>	<u>-</u>	<u>(97)</u>	<u>-</u>
<b><u>Depósito a Prazo</u></b>				
JBS S.A			(275)	
Matone Promotora Ltda	(6.480)	(196)	(2.937)	(166)
Matone Distrib. De Titul. E Val. Mob.	-	-	-	(33)
Unimatone Educação Corporativa Ltda	-	-	-	(21)
Bem Vindo! Promotora de Vendas e Servs. S/A	-	-	-	(91)
Pessoal Chave da Administração	-	-	-	(15)
S/A. Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor	-	-	(119.756)	(27)
Banco Original do Agronegócio S.A.	-	-	(150.020)	(14.907)
Outras Partes Relacionadas	-	-	-	(97)
	<u>(6.480)</u>	<u>(196)</u>	<u>(272.988)</u>	<u>(15.357)</u>
<b><u>Depósitos Interfinanceiro</u></b>				
Banco Original do Agronegócio S.A.	150.238	2.987	-	-
	<u>150.238</u>	<u>2.987</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b><u>Outros Valores a Pagar</u></b>				
J&F Participações Financeiras Ltda.	(80.793)	-	-	-
	<u>(80.793)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

## **24. Estrutura de gerenciamento de riscos**

A avaliação dos riscos é fundamental para a tomada de decisão no Banco. Por isso, o Banco conta com uma estrutura de Gerenciamento de Riscos, que é constituída de acordo com a natureza e o grau de complexidade dos negócios e atividades desenvolvidas.

O Comitê de Gestão de Riscos, composto por membros da Alta Administração é o órgão máximo responsável pela deliberação dos assuntos relacionados ao gerenciamento de riscos no Banco.

A identificação, a apuração, o monitoramento e o reporte dos riscos são realizados por unidade específica que dispõe de uma equipe de especialistas, atuando de maneira independente das unidades de negócio (segregação de funções).

Análise de sensibilidade (PV01), Testes de Estresse e *Backtests*.

Em conformidade com a regulamentação do Banco Central do Brasil, o Banco Original S.A. disponibiliza informações acerca de sua estrutura de gerenciamento de risco publicamente no *website*: [www.bancooriginal.com.br](http://www.bancooriginal.com.br).

### **24.1. Estrutura de gerenciamento de riscos operacionais**

Conforme a Resolução CMN nº 3.380/2006, o Banco considera risco operacional “a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos”.

O Banco possui uma estrutura específica para gerenciamento e controle dos riscos operacionais. Para identificação e avaliação dos controles internos utiliza critérios baseados na estrutura integrada do COSO - Comitê das Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway.

O monitoramento dos riscos operacionais é realizado continuamente por meio de um sistema de registro de eventos de perdas, garantindo que os eventos relacionados a este risco sejam identificados e reportados aos responsáveis pelo seu gerenciamento.

### **24.2. Estrutura de gerenciamento de riscos de mercado**

Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação dos valores de mercado de posições detidas pela instituição.

O Banco possui políticas e estratégias para o gerenciamento do risco de mercado baseadas nas diretrizes do Comitê de Basileia, estando em conformidade com a Resolução CMN nº 3.464/2007.

O gerenciamento do risco de mercado consiste em um conjunto de instrumentos para a identificação, mensuração, a avaliação, o monitoramento e o controle do risco, com uma clara definição de responsabilidades, níveis de alçada e de reporte.



As principais ferramentas utilizadas para a gestão do risco de mercado são: VaR (*Value at Risk*), *Duration*, Análise de sensibilidade (PV01), Testes de Estresse e *Backtests*.

### **24.3. Estrutura de gerenciamento de risco de liquidez**

Risco de liquidez pode ser entendido como a possível incapacidade da instituição honrar suas obrigações, causada pela ocorrência de desequilíbrios entre a entrada e saída de recursos no fluxo de caixa.

O Banco gerencia o risco de liquidez através do permanente monitoramento do fluxo de caixa esperado, definição de níveis mínimos de liquidez, de um plano de contingência, da delegação de responsabilidades, de níveis de alçada e de reporte. Este gerenciamento é baseado nas diretrizes do Comitê de Basiléia, estando em conformidade com a Resolução CMN nº 2.804/2000.

Os métodos utilizados pelo Banco para a gestão do risco de liquidez são: Análise do Fluxo de Caixa, *Gap* de Liquidez, Teste de Aderência e Testes de Estresse.

### **24.4. Estrutura de gerenciamento de risco de crédito**

Conforme a Resolução CMN nº 3.721/2009, o Banco considera risco de crédito “a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação”.

No Banco, o gerenciamento do risco de crédito consiste na avaliação e no monitoramento de forma contínua da qualidade das operações de crédito, objetivando manter as exposições em níveis considerados aceitáveis pela Alta Administração.

Para cada tipo de carteira de crédito, são analisados os níveis de concentração e as taxas de inadimplência e atribuídas provisões de crédito adequada.

## **25. Limites operacionais**

Em 31 de dezembro de 2012 o Conglomerado Financeiro Original, que inclui o Banco Original S.A. e o Banco Original do Agronegócio S.A., encontra-se enquadrado nos limites de capital e patrimônio compatível com o risco da estrutura dos ativos, conforme normas e instruções estabelecidas pela Resolução nº 2.099/94 e legislação complementar.

O índice de Basiléia do Conglomerado Financeiro em 31 de dezembro de 2012 é de 43,77%. (28,20% em 2011).



## **26. Responsabilidades e compromissos**

Em 31 de dezembro de 2012, os avais de fianças concedidos a terceiros pelo Banco, mediante comissão, montam em R\$ 22.522 (R\$ 12.522 em 2011), e coobrigação em cessões de créditos em R\$ 2.841 (R\$ 716.733 em 2011), pelas taxas das cessões.

## **27. Seguros**

O Banco possui seguro prestamista para cobertura de riscos de morte ou invalidez permanente total por acidentes dos clientes que possuem operações de crédito consignado mediante canal que o Banco mantém com o Ministério do Exército. Em 31 de dezembro de 2012 a carteira coberta por seguro atinge o montante de R\$ 174.406 (R\$ 231.128 em 2011) referente à carteira própria e carteira cedida e as despesas apropriadas no exercício, atingem o montante de R\$ 2.371 (R\$ 2.798 em 2011). A Administração do Banco considera que a cobertura apresenta montante suficiente para cobrir eventuais perdas com estas operações.

## **28. Outras informações**

- **Outros serviços prestados pelos auditores independentes**

Informamos que a empresa contratada para auditoria das demonstrações financeiras e revisão das informações financeiras trimestrais do Banco, não prestou no exercício outros serviços que não sejam de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, onde o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, e nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover o interesse deste.

- **Plano de aposentadoria e pensões**

O Banco não tem compromisso para patrocínio de plano de aposentadoria para assegurar benefício complementar aos da previdência social em proveito de seus empregados e administradores de forma que não se aplica ao Banco, as exigências dispostas na Deliberação CVM nº600/09.

## **Relatório do Comitê de Auditoria - Resumo**

### **Introdução**

O Comitê de Auditoria do Conglomerado Financeiro Original, integrado pelas instituições Banco Original S.A. e Banco Original do Agronegócio S.A., composto por três membros, escolhidos entre seus diretores estatutários, é o órgão colegiado responsável por supervisionar os processos de controles internos e de gerenciamento de riscos do Conglomerado Financeiro Original, bem como os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias independente e interna e avaliar a qualidade e integridade das suas demonstrações financeiras.

Para o cumprimento de suas atribuições, as avaliações e recomendações do Comitê baseiam-se em informações recebidas da Administração do Conglomerado, incluídos os gestores de riscos, da auditoria interna e da auditoria independente.

A Administração do Conglomerado é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras e pelos critérios e procedimentos utilizados nos processos geradores das informações e, portanto, é a garantidora de sua qualidade.

A Auditoria Interna é responsável por identificar e avaliar os principais riscos a que está exposto o Conglomerado em suas operações, bem como analisar os controles utilizados na mitigação desses riscos. É de sua competência, também, verificar o cumprimento das normas legais e regulamentares que regem as operações nos processos que audita.

A KPMG Auditores Independentes é a empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras e deve assegurar que elas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Conglomerado e que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

### **Atividades do Comitê**

O Comitê de Auditoria do Conglomerado Financeiro Original foi instalado em 04 de fevereiro de 2013. Desde então, reuniu-se em duas ocasiões, com o intuito de discutir pontos de gerenciamento de riscos, os trabalhos da auditoria interna e da auditoria independente e analisar as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012.

As atividades desenvolvidas pelo Comitê de Auditoria foram:

- Elaboração e aprovação de Regulamento que estabelece as regras para seu funcionamento;
- Controles Internos, *Compliance* e Administração de Riscos: discussão e avaliação das estruturas vigentes, dos pontos de melhoria levantados interna e externamente apontados nos diversos trabalhos realizados ao longo de 2012, dos controles instituídos e dos procedimentos utilizados e em fase de implantação.

O Comitê considera que a estrutura e as atividades de controle estão em fase de adequação ao novo contexto operacional e visão de negócio do Conglomerado. No que diz respeito aos aspectos ligados à gestão de riscos e controles internos, a Diretoria de Riscos, responsável por estas atividades, está ampliando a sua área de atuação, visando a atingir uma maior efetividade nos sistemas de controle interno e de gerenciamento de riscos do Conglomerado. O Comitê de Auditoria entende que o aprimoramento de tais controles é de extrema importância e vem acompanhando o esforço do Conglomerado Financeiro Original na implantação dos respectivos planos de ação;

- Demonstrações financeiras: discussão das práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012;
- Auditoria interna: discussão e avaliação dos trabalhos realizados em 2012. O Comitê considera que a abrangência e profundidade dos trabalhos foram satisfatórias frente aos objetivos propostos;
- Auditoria Independente: discussão e avaliação dos pontos de destaque do trabalho realizado para avaliação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012. O Comitê considera satisfatórias as informações recebidas dos auditores independentes sobre os trabalhos realizados.

### **Conclusão**

O Comitê de Auditoria, com base nas informações recebidas, entende que as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012 do Conglomerado Financeiro Original foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Com base nas revisões e discussões acima mencionadas, o Comitê de Auditoria recomenda à Administração do Conglomerado a aprovação das demonstrações financeiras auditadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

São Paulo(SP), 25 de março de 2013.

Comitê de Auditoria

José Eduardo Tobaldini Jardim - Emerson Fernandes Loureiro - Fernando Abe Ohara